PROCESSO E PRODUTO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

RESUMO:
No atual contexto de redução de investimentos em habitação e planejamento urbano a população pobre é a mais penalizada na aplicação de recursos públicos que proporcionem o acesso à moradia digna e o direito à cidade. Um dos instrumentos passíveis de contribuir para que comunidades organizadas se fortaleçam em torno de um projeto comum é a assistência técnica social. No campo da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, a Residência AU+E/UFBA, implantada em 2013, com base na Lei Federal 11.888/2008, exerce papel pioneiro ao promover capacitação profissional com aprendizagem em serviço, por meio do curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. A abordagem adotada compreende **processos e produtos** construídos de forma coletiva com as comunidades demandantes, agregando ensino-pesquisa-extensão para elaboração de projetos de interesse social, abrangendo metodologias e técnicas participativas e inovadoras. Na sua 3a. edição, esta iniciativa institucional tem se mostrado relevante na elaboração de produtos, para além de projetos, incluindo processos de conhecimento, mediação e articulação. Neste artigo, argumenta-se que os saberes populares dialogando com saberes técnicos propositivos subsidiam processos que resultam em ações com potencial de transformação sócio-espacial, ao se constituírem em instrumento de mobilização de políticas públicas para cidades melhores e mais justas.

Palavras-chave: assistência técnica social; habitação; direito à cidade.

ST – 1: Projeto, processo, superação de limitações

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura brasileira, há uma grande demanda por políticas públicas para suprir necessidades locais de comunidades desprovidas de habitação digna, saneamento e acesso à infraestrutura básica, citando apenas alguns dos direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição Federal de 1988. O principal avanço dos movimentos sociais por moradia nas últimas décadas foi a mobilização para apresentação coletiva do primeiro projeto de iniciativa popular, que resultou na aprovação da Lei Federal nº 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001). A partir dessa conquista foram fortalecidas outras articulações no âmbito do acesso à moradia digna, resultando na aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, instituídos pela Lei Federal nº 11.124/2005. Ressalta-se ainda a elaboração do PlanHab em 2008 para nortear o SNHIS e a aprovação da Lei Federal nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social em áreas urbanas ou rurais.

A lei do SNHIS/FNHIS também determinou a gestão dos recursos a partir de um Conselho de representantes de vários segmentos da sociedade civil e do poder público, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHIS. Nesta perspectiva, a gestão democrática seria assegurada na política habitacional, possibilitando a articulação com a gestão da cidade e partindo dos preceitos da democracia participativa, que inclui os diferentes atores na discussão sobre o rumo da política, bem como no monitoramento e fiscalização da sua execução. Em nível nacional, o CGFNHIS foi constituído como instância de discussão e decisão das ações do SNHIS, visando o controle social da política habitacional (EMILIANO, 2016).

Certamente, a aprovação do Estatuto da Cidade trouxe grandes avanços na definição de instrumentos capazes de garantir o direito social à moradia e o direito à cidade. Decorrida mais de uma década da sua implementação, impulsionada pela criação do Ministério das Cidades, em 2003, que implantou o novo SNHIS e o FNHIS, são muitos ainda os desafios colocados para sua plena efetivação, no descompasso entre teoria e prática (GORDILHO-SOUZA, 2014).

Do ponto de vista da execução de recursos da política habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) criado em 2009, rapidamente ganhou *status* da política habitacional

com sete anos de produção totalmente descolada do SNHIS/FNHIS, e investimentos na ordem de R$ 271 bilhões, até o refreamento do programa em 2016. Ressalta-se que a produção habitacional do PMCMV desligou-se também dos processos de urbanização e regularização de assentamentos precários, anteriormente prioritários para a consecução da política habitacional, segundo as diretrizes iniciais do Ministério das Cidades.

As mudanças recentes no governo central agudizam o quadro de inflexões nas conquistas históricas que vinham sendo alcançadas em prol das populações de menor renda. A situação é mais dramática nas grandes cidades, que concentram mais da metade da população total do país, ultrapassando duzentos milhões de habitantes, com demandas coletivas acumuladas no âmbito de uma intensa segregação socioespacial e exclusão urbanística (GORDILHO-SOUZA, 2017).

Nesse contexto de inflexão das políticas públicas, advinda de uma crise política sem precedentes, na qual houve a redução drástica de investimentos em diversos setores e revisão de direitos, sob pretexto de crise econômica, as demandas por moradia acumuladas pela estagnação dos projetos de urbanização e melhorias habitacionais, somam-se às demandas geradas pela produção habitacional do PMCMV, desprovida de infraestrutura urbana adequada, a qual segundo Rolnik 2015: "[...] antes a gente tinha os sem-casa e agora nós estamos criando os 'sem-cidade'" (ROLNIK, 2015).

Foi com o propósito de atuar no campo dessas demandas acumuladas e em busca de cidades melhores e mais justas que a Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e do LabHabitar – Laboratório de Habitação e Cidade, em parceria com a Escola Politécnica, implantou, em 2013, a proposta da Residência AU+E/UFBA[1], com a criação do curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Tem-se como objetivo a elaboração participativa de projetos inovadores para comunidades demandantes, visando ampliar o acesso

[1] A proposta foi apresentada e aprovada pela UFBA em 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2011). Com a adesão de outros professores da UFBA, foi implantada em 2013 (RESIDENCIA, 2013). Conceitualmente, inspira-se no pensamento de Henri Lefebvre, na sua clássica obra "O direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968), nas contribuições de profissionais e movimentos sociais engajados por moradia digna no Brasil e em novos papéis a serem cumpridos pela Universidade em prol do processo emancipatório da sociedade (SANTOS, 2011). Disponível em:<www.residencia-aue.ufba.br> Acesso em: 20 maio 2018.

a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e inserção social, ampliando, também, o campo profissional. Para isso, além do curso, a Residência AU+E/UFBA abrange trabalho de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas participativas, pesquisa, planejamento e outras atividades correlatas.

A implantação deste curso *lato sensu*, no formato de Residência Profissional, foi definida com base nas atividades implementadas pelo LabHabitar, laboratório criado desde 1993, no âmbito do PPGAU/FAUFBA, para desenvolver atividades de pesquisa-ensino-extensão voltadas para a relação entre habitação e cidade, integrando professores, pesquisadores e estudantes, de graduação e pós-graduação. A Residência AU+E/UFBA, com base na Lei Federal n° 11.888/2008, vem ampliar essa atuação e responder aos anseios de profissionais e dos movimentos sociais, voltados para a conquista de moradia digna e direito à cidade. Esta conjugação viabiliza pesquisa e capacitação para assistência técnica, de forma sistemática e contínua, frente à ampla e complexa problemática urbana nas cidades brasileiras.

Atualmente, em sua 3ª edição 2017/18, a Residência AU+E/UFBA já capacitou 73 profissionais. Desde a 1º edição 2013/14, os produtos desenvolvidos no curso foram repassados para 28 comunidades na Região Metropolitana de Salvador (RMS), cidades da Bahia e em outros estados, onde outras universidades estão desenvolvendo nucleações desta Residência (UFPB, UNB, UFPel e UFC). Este processo envolve diretamente centenas de participantes a cada edição bianual, com potencial de posterior implantação dos projetos elaborados, criando também demanda profissional nessa área de atuação.

Protagoniza, assim, a troca de saberes e conhecimentos para novas alternativas de atuação em diferentes escalas de abrangência, numa perspectiva crítica, inventiva e propositiva, em prol do Direito à Cidade, enquanto obra coletiva construída. Seus desdobramentos qualitativos e quantitativos subsidiam um acervo de referências projetuais, potencializando a implantação de um programa de residências profissionais multidisciplinares em rede nacional, com grande potencial de impacto social, diante da ampla demanda desses serviços nas cidades brasileiras.

Neste artigo são analisadas as metodologias adotadas neste curso para a capacitação profissional em serviço de assistência técnica em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas afins, com ênfase nas relações entre **processos e produtos** construídos de forma coletiva com as

comunidades demandantes, agregando ensino-pesquisa-extensão para elaboração de projetos de interesse social.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO NO BRASIL[2]

No início dos anos 1960, diante da crise urbana e habitacional que se intensificou com a industrialização e acelerado processo de urbanização no país, as representações profissionais de arquitetos e engenheiros tiveram um papel fundamental em trazer para a discussão da sociedade essa problemática, no âmbito das discussões das reformas de base. Um marco importante desse período foi a realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em julho de 1963, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, trazendo contribuições importantes para a constituição de uma política habitacional (BONDUKI; KOURY, 2010). Esse momento de discussões democráticas viabiliza um primeiro esboço de reforma urbana de interesse social, logo estancado pelo regime militar que se instaura no país em 1964. No período autoritário que se segue, de mais de duas décadas, foi implantada uma vigorosa política nacional de habitacional, centralizada na criação do Banco Nacional de Habitação. Foi pautada pelo incentivo ao mercado imobiliário e pela remoção das favelas das áreas centrais, com a retirada dos moradores para conjuntos habitacionais construídos nas periferias urbanas. Logo essas populações, em busca da proximidade de atividades geradoras de renda, retornam às favelas remanescentes e ocupam novas áreas (VALLADARES, 1978).

Datam dessa época as primeiras experiências de assistência técnica para urbanização de favelas, empreendidas pelo arquiteto prof. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com o escritório Quadra, na favela de Brás de Pina, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1967. Essa experiência de desenvolver um projeto junto com a comunidade reconhece a favela como um espaço legítimo de moradia e irá demonstrar a viabilidade de melhorias habitacionais das unidades edificadas na ocupação, sem que a população fosse retirada (COSTA; AZEVEDO, 2012).

[2] Para este item, ver GORDILHO-SOUZA (2017), com atualizações apresentadas neste trabalho em co-autoria.

As primeiras iniciativas de legislação para garantia de assistência técnica às pessoas que não podiam pagar por serviços de arquitetura datam de 1978, quando o Sindicato de Arquitetos e o CREA do Rio Grande do Sul implantaram o Programa de Assistência Técnica e Construção de Moradia Econômica (ATME). Fruto dessa iniciativa, seu idealizador, o arquiteto Clóvis Ilgenfritz, eleito vereador de Porto Alegre, em 1999, conseguiu aprovar a Lei Municipal para viabilizar assistência técnica gratuita para habitação. Vários outros municípios seguiram essa iniciativa, mas com limitações para implementá-la na prática, por dificuldades institucionais e de alocação de recursos (EXPERIÊNCIAS.., 2007). Mais tarde, esse mesmo arquiteto, quando eleito deputado federal, elaborou um projeto de lei de assistência técnica, que serviu de base para a proposta posterior do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro, aprovada na Lei no.11.888/2008. Na prática, essa lei significa a proposta de criação de um sistema de financiamento público para a remuneração do trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros envolvidos no projeto e administração de habitação de baixa renda, entretanto até então não regulamentada (BRASIL, 2008).

Essas iniciativas pioneiras e o fortalecimento dos movimentos sociais pela reforma urbana influenciaram o surgimento de escritórios de assistência técnica para habitação, com destaque para um amplo programa financiado pela Prefeitura de São Paulo, no Governo Erundina (1988-1992), no apoio à produção de mutirão por autogestão para a produção de habitação de interesse social, importante referência de projetos e construção de qualidade, a baixo custo (BONDUKI, 1992). Vários outros programas municipais e estaduais adotaram o sistema de contratação de escritórios de assistência técnica em projetos de urbanização, como foi o caso do programa Favela Bairro no Rio de Janeiro, de 1994 a 2008.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, há um incentivo federal para financiamento de projetos de autogestão e assistência técnica, sendo lançado o programa de Crédito Solidário para tal iniciativa, bem como concursos nacionais de projetos para habitação de interesse social e urbanização de favelas, sendo referência a parceria CAIXA/IAB, com várias edições de premiação entre 2001 a 2009.

Desde então, com o lançamento do PMCMV, voltado majoritariamente para atuação de empresas de construção, com base em modelos padronizados de conjuntos habitacionais, por

faixas de renda, o que irá se observar é uma progressiva diminuição de iniciativas públicas para o financiamento de assistência técnica. Mesmo no âmbito desse programa, na sua modalidade MCMV entidades, lançado em 2010, as exigências do padrão de construção seguem esse modelo mais rígido de projeto, com poucas possibilidades de interferência de assistência técnica (BRASIL, 2014).

Ainda que a produção habitacional por meio do PMCMV tenha tido forte impacto na produção de cidades, com a construção de mais de quatro milhões de novas moradias com subsídios diferenciados, o programa gerou maior periferização da moradia destinada aos mais pobres. Essa expansão urbana está associada à falta de infraestrutura e serviços adequados para essas novos aglomerados urbanos, bem como à ausência de equipamentos sociais e de políticas públicas essenciais de inclusão social, pela dificuldades no acesso aos serviços e inserção urbana (EMILIANO, 2016). Ou seja, além de ampliar um déficit de cidade, não reduziu o déficit habitacional, conforme previsto, pois segundo estudos recentes da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional quantitativo - demanda por residências próprias ou alugadas - não sofreu alterações significativas. Em 2009 era calculado em 6 milhões de moradias e passou para 6,1 milhões em 2014 — aumento de 1,6%. No mesmo período, a média do crescimento populacional girou em torno de 1% ao ano (FJP, 2018), logo as novas demandas não ocorreram por crescimento vegetativo, mas possivelmente, diante do alto nível de desemprego no contexto atual, pelo ingresso de novas famílias no aluguel excessivo ou em moradias precárias em áreas de favelas.

Com os investimentos de habitação direcionados quase que exclusivamente ao PMCMV a partir de 2009, os programas e investimentos em urbanização de favelas, a exemplo do PAC-Habitação, escassearam, agravando-se mais ainda as condições de habitabilidade nessas áreas. As demandas de interesse coletivo para ações de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia que já eram altas, ampliaram-se ainda mais, inclusive incorporando a necessidade de projetos de equipamentos e melhorias de espaços públicos em conjuntos já ocupados construídos pelo PMCMV, passíveis de serem objeto de projetos participativos por meio da extensão universitária.

3 METODOLOGIAS INTEGRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS PELA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

Para suprir demandas de interesse coletivo, o campo da extensão universitária representa uma importante possibilidade de atuação na transposição da distância entre a universidade e a sociedade. Boaventura de Sousa Santos acredita que a pesquisa-ação tem um forte papel nos estudos sobre "Ecologia do conhecimento", que consiste em definir e implementar projetos de pesquisa participativa, envolvendo comunidades e organizações sociais, como uma solução que pode beneficiar o resultado da pesquisa de interesse social e o conhecimento científico. Os diálogos devem ocorrer entre conhecimento científico ou humanístico, comum e tradicional (SANTOS, 2011).

Tomando como referência Paulo Freire, seus argumentos sustentam que a assistência técnica às comunidades no âmbito da extensão universitária precisa ocorrer de forma dialógica. O conhecimento dos agentes envolvidos não pode promover ações que causem "invasões culturais" por meio da domesticação dos homens, das técnicas a serem trabalhadas, ou pela substituição de um conhecimento por outro (FREIRE, 1983).

Nesta perspectiva, a assistência técnica profissional em qualquer campo do conhecimento deve ir além da técnica, considerando também as pessoas, seu contexto histórico e a realidade que se pretende transformar. A comunidade assistida passa de objeto de pesquisa para agente de transformação. O saber técnico não deve interagir de forma estática, mas constituir-se em um trabalho dialógico, mesmo que os resultados sejam mais lentos, duvidosos ou demorados (FREIRE, 1983).

Na abordagem teórico-metodológica desenvolvida pela Residência AU+E/UFBA, os princípios fundamentais compreendem:

- Apreciação das conquistas da comunidade e do ambiente local;
- Teoria e prática em um processo participativo para definição de projeto;
- Dimensão interdisciplinar para educação e cidadania;
- Participação da comunidade na definição de prioridades para projetos, possibilitando processo coletivo de discussões e mediação de propostas;

- Identificação de demandas dentro da interação de líderes, grupos e valorização de propostas individuais;
- Habitação entendida além da unidade, ampliando a visão pelo direito à cidade;
- Melhoria dos espaços públicos para a conquista de melhor moradia;
- Melhoria da habitação para melhores condições de habitabilidade;
- Concepção de projetos considerando aspectos éticos, estéticos e ambientais;
- Propostas com tecnologias apropriadas às realidades locais;
- Inclusão de demandas para melhorias habitacionais, espaços públicos, mobilidade, paisagismo, infraestrutura e inserção social de interesse coletivo;
- Potencialização e preservação ambiental, segurança e sustentabilidade;
- Consideração de referências simbólicas, memória, cultura e inserção urbana;
- Definição de projetos com múltiplos aprendizados,troca de conhecimento e técnicas adequadas considerando a participação da comunidade;
- Desenvolvimento de metodologias abertas e oficinas considerando os diversos grupos, trazendo memórias e definindo melhorias apropriadas, legitimando as conquistas de tecnologias criativas, sustentáveis e inclusivas;
- Aproximação com as escolas locais, despertando a juventude para a educação ambiental, direitos e deveres urbanos e o senso de pertencer aos processos.

Estes princípios são incorporados desde a fase inicial de disciplinas[3], não apenas nos conteúdos tratados como nos processos de discussão, definição de demandas e aproximação com as comunidades, em diferentes fases do curso.

A 1ª fase, correspondente a oferta de disciplinas, tem enfoque na capacitação por meio do conhecimento de teorias, metodologias e tecnologias, com duração de quatro meses de aulas teórico-práticas, culminando com a apresentação dos planos de trabalho das equipes por área,

[3] O curso oferece as seguintes disciplinas no 1ª fase: 1. Produção do Espaço, Políticas Urbanas e Direito à Cidade; 2. Projetos de Urbanização, Infraestrutura e Meio Ambiente; 3. Planejamento e Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica; 4. Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos; 5. Seminários Temáticos. Já a 2a. fase corresponde à etapa de trabalho de campo e desenvolvimento de projeto pelas equipes.

no I Seminário Interno de Planos de Trabalho, quando os residentes são orientados para desenvolver o trabalho de campo.

Durante esta fase inicial, as comunidades apresentam suas demandas, recebem visitas e cada área passa a ser atendida por um grupo de residentes e docentes, considerando suas habilidades e possibilidades para desenvolver o processo de assistência técnica no tempo hábil do curso.

Na 2ª fase, trabalho de campo para assistência técnica, são desenvolvidas oficinas e metodologias apropriadas para cada área/comunidade, com enfoque na construção do conhecimento coletivo, capacitando profissionais e comunidades para potencializar transformações socioespaciais, culminando no II Seminário Interno de Diagnóstico Técnico-Participativo, por equipes, objetivando a qualificação e o encaminhamento dos trabalhos individuais.

A partir de então, são desenvolvidos os projetos individuais, com enfoques da formação de cada residente, culminando no III Seminário Interno de Apresentação de Projetos, para apreciação coletiva, ajustes e redimensionamento técnico.

Na 3ª fase, ao final do processo de aprendizagem em serviço, desenvolvido com as comunidades, os profissionais residentes finalizam os projetos individuais, na expectativa de que este produto se torne um instrumento que proporcione o investimento público necessário, envolvendo os profissionais residentes e tutores, após o curso. Esta mediação destina-se a fortalecer a comunidade e encorajar outros atores sociais para a transformação urbana necessária às áreas trabalhadas.

As atividades desenvolvidas nessas distintas fases abrangem processos e produtos específicos, somando oficinas, peças técnicas, seminários, contatos institucionais, relatórios e pequenas intervenções nas comunidades. Aplica-se o conceito de aprendizagem em serviço, por meio de atividades definidas pelos residentes em conjunto com a comunidade e guiadas pela orientação dos professores tutores, co-tutores e colaboradores.

A aproximação à realidade local por meio de encontros e oficinas envolvem os conteúdos aprendidos por meio de experimentações durante a disciplina de Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos[4], sendo amplamente adaptados durante a prática das equipes no campo.

Dentre os conteúdos metodológicos trabalhados durante esta disciplina, são vivenciadas as Metodologias Integrativas (MI), que incluem formas de comunicação para além da linguagem técnica tradicionalmente utilizada no campo do planejamento urbano. Dentre elas, estão inclusas as variadas linguagens das Artes, assim como a abordagem relacional, que utiliza o diálogo em círculo, a comunicação assertiva e técnicas de escuta ativa, assim como a expressão corporal que possibilita liberar a dimensão sensível do ser humano, enquanto ser relacional integrado.

Desde os anos 70 do século passado, muito se fala de participação social, popular ou cidadã, no âmbito das políticas públicas e dos projetos urbanísticos e de desenvolvimento territorial, mas pouco se avançou em termos de metodologias e instrumentos capazes de dar conta da diversidade de formação, de linguagem e de formas de expressão. Segue-se atuando sob a hegemonia do pensamento intelectivo, nascido da racionalidade lógica e analítica e da expressão verbal. Nota-se que é cena comum em muitas das reuniões e salas de aula encontrar a reprodução da verticalidade e das relações de mando, obediência e absenteísmo. Isso tende a acontecer, inclusive, nos processos participativos fomentados pelo Estado e/ou pela sociedade civil (ROCHA; MOURA, 2016).

Em face desta realidade, torna-se relevante reunir esforços para as necessidades de colaboração e participação. Segundo Giannella (2008), uma virada paradigmática torna-se necessária para propiciar integração, no âmbito da educação e da gestão, de dimensões esquecidas do humano, do ser-fazer humano – corpo, emoção, intuição e Arte.

Esta compreensão abre para o educador uma nova perspectiva, assim como para o arquiteto-urbanista que se propõe a estimular o desenvolvimento de projetos participativos, facilitando a

[4] Para este item ver MOURA; ROCHA (2016), com atualizações neste trabalho de co-autoria ora apresentado.

produção de ambientes que favoreçam a escuta e a emergência da inteligência coletiva, as quais contribuem para a criação conjunta de conhecimento, projetos e ações.

Dessa forma, as relações desenvolvidas ao longo dos encontros entre técnicos e comunidade são aprofundadas, de forma a superar tendências de conflito, visando o diálogo. Esta prática possibilita assumir a coexistência de questões sociais e ambientais recorrentes para desenvolver estratégias de avanço no campo propositivo de ação local e da Arquitetura-Urbanismo, utilizando-se de abordagens de convergência socioecológica (ROCHA, 2017).

Nos encontros com as comunidades e lideranças, de modo geral, as equipes tendem a criar ambientes de acolhimento para propiciar confiança mútua, por meio de rodas de diálogo, inovando em formas de apresentação, ativando a presença pessoal e coletiva. A importância dada à história contada pelos moradores mais antigos também contribui na demonstração de respeito cultural, recuperando a memória das pessoas e do lugar.

4 PROCESSO E PRODUTO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOCIAL

A abordagem inovadora implementada pela Residência AU+E/UFBA tem seus princípios fundamentais definidos para aprendizagem em serviço por meio de projetos participativos, ao mesmo tempo em que propõe um processo aberto de construção coletiva. Isso reflete a importância dada a ambos - o **processo** envolvido e o **produto,** seja na forma de projeto, mediações ou articulações - A ideia de aprender com a cidade, em sua produção autogerida e coletiva, amplia a possibilidade de aumentar a escala de ação, por meio de habilidades profissionais mais adequadas. A assistência técnica oferecida trabalha em conjunto com a comunidade para fortalecer e capacitar as pessoas nos processos de tomada de decisão e definição de propostas conjuntas.

Nas três edições da Residência AU+E/UFBA foram desenvolvidas inúmeras variações das metodologias e técnicas apreendidas durante o curso. Os processos e produtos resultantes ocorrem em diferentes dimensões, destacando-se:

- Diagnósticos sociais, territoriais e fundiários como ferramenta para permanência da população nas ocupações e no enfrentamento das vulnerabilidades;

- Aplicação de metodologias integrativas e processos interativos, objetivando compreender os anseios da população e ao mesmo tempo sensibilizar para importância de organização da comunidade;
- Elaboração de projetos capazes de mobilizar a comunidade em busca do direito à moradia e à cidade, voltados para: melhoria de espaços públicos, associado a melhoria das condições de habitabilidade e das habitações; concepção de equipamentos coletivos e locais de encontro para fortalecimento da organização comunitária; equipamentos culturais e de uso misto voltado à geração de renda; projetos de acessibilidade e mobilidade local;
- Atenção às iniciativas locais emergentes voltadas para o ambiente natural e construído para criação e apropriação das condições socioecológicas que coexistem e podem convergir;
- Discussão de diretrizes no âmbito de áreas determinadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), de forma a instrumentalizar a comunidade organizada em defesa dos processos participativos nas definições de parâmetros para sua regulamentação.

Dessa forma, concebido como um projeto de extensão universitária, este curso de pós-graduação tem se mostrado capaz de integrar a comunidade-universidade-agentes públicos. Inclui simultaneamente capacitação com aprendizagem em serviço, por meio de processos-projetos participativos de interesse social, particularmente relevantes para o planejamento local de bairros, municípios pequenos e comunidades desassistidas por políticas públicas.

Além da capacitação cidadã que é fortalecida ao longo do processo, registram-se ganhos específicos para os envolvidos - estudantes (profissionais residentes), professores e comunidades -. O produto final é apresentado e repassado para à comunidade, por meio de um Termo de Doação dos profissionais envolvidos, após ser avaliado por uma banca de professores. Este contém as dimensões e especificações necessárias para viabilizar sua posterior implementação, sob a responsabilidade técnica do profissional envolvido, com possibilidade de assessoria técnica posterior, para desenvolvimento executivo do projeto.

Esta abordagem de educação continuada no campo do projeto e planejamento urbano participativo possibilita o diálogo institucional entre academia e comunidade, incorporando no processo outros atores sociais. Amplia o papel social da universidade, ao mesmo tempo em que prepara profissionais para o atendimento de demandas no campo da assistência técnica social voltada para a transformação socioespacial.

Somam-se a esta formação reflexiva e crítica, a apropriação de ferramentas, técnicas e dinâmicas capazes de potencializar os processos de aprendizagem em serviço e participação das comunidades, com base na troca de experiências entre as pessoas envolvidas e propostas apropriadas. Dessa forma, demonstra-se a relevância do realinhamento entre saberes e fazeres, experimentando novas formas de interagir, sentir e perceber as aspirações do coletivo, as organizações e as questões sociais.

Esses processos são enriquecedores e propiciam relações de confiança entre profissionais, lideranças e população, como também permitem lidar com resistências e conflitos, que muitas vezes ocorrem pelos interesses envolvidos não estarem claramente definidos, ou por falta de conhecimento sobre as opções possíveis e consequências nas vidas das pessoas envolvidas.

Durante a realização das oficinas, se observa como acontece a relação da população com a temática do processo-projeto em desenvolvimento. Nesses momentos são apreendidas as diversas formas de organização, incluindo situações onde as pessoas não estão articuladas em torno de um propósito comum, não construindo vínculo com as demais pessoas envolvidas no processo. Nesse sentido, busca-se conectar a população em torno do interesse comum na questão particular da moradia, que em geral, se constituem como ocupações precárias ou de passagem para atendimento pelo PMCMV, ou ainda comunidades organizadas em torno de um projeto comum de intervenção, com objetivo claro de defender o projeto junto ao poder público ou por meio de outras instituições não governamentais.

Durante o envolvimento dos profissionais residentes com as populações das áreas trabalhadas são gerados produtos relativos ao processo que antecede o produto final projetual, abrangendo questões como o reconhecimento de múltiplos aspectos do local em que se vive, a percepção dos vínculos existentes, a percepção das potencialidades físicas, sociais e também econômicas,

voltando-se para a melhoria de geração de renda e de outras questões relevantes para cada comunidade.

Nesse processo, como principais técnicas são utilizados levantamentos de dados na forma de diagnóstico técnico-participativo, enquetes, observação em campo e oficinas. Nestas são trabalhadas as percepções dos moradores sobre o local de moradia, entorno, pontos fortes, pontos fracos, etc. Em alguns casos são aplicados cadastros socioeconômicos e, em outros, pesquisa qualitativa.

A partir da leitura técnico-comunitária da realidade do local nos aspectos físicos, sociais, econômicos e dos agentes envolvidos como lideranças, movimentos, ONGs, instituições públicas etc, são discutidas as possibilidades de propostas técnicas que atendam aos anseios da população e estejam dialogando com as legislações, territórios, espaço físico, perfil do profissional e demais implicações que possibilitem sua futura realização.

No processo de diálogo sobre as potencialidades levantadas no diagnóstico técnico-participativo, as demandas da população são traduzidas em projetos com viabilidade técnica, sejam eles para intervenções físicas possíveis ou realizações de perfil sócio-espacial para a fundamentação de projetos. Estes resultados configuram-se como produtos derivados da aplicação da referida lei de assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, que trazem resultados mais amplos pelo direito à habitação e à cidade.

Nas duas primeiras edições, 17 áreas foram atendidas e receberam, ao final do curso, os produtos/projetos concluídos, doados pelos profissionais residentes autores dos projetos.[5] Atualmente, outras 11 áreas estão sendo atendidas, com processos e propostas em desenvolvimento. O quadro abaixo apresenta uma relação das áreas e projetos atendidos, ou em atendimento, desde a 1a. edição até a 3a. edição atual:

[5] Todos os produtos/projetos estão publicados no site da Residência AU+E/UFBA, Disponível em:<www.residencia-aue.ufba.br> Acesso em: 20 maio 2018.

Quadro 1 - Síntese de áreas atendidas pela Residência AU+E/UFBA.

COMUNIDADES, TERRITÓRIOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - RAU+E/UFBA
BREVE DESCRIÇÃO (CARACTERÍSTICAS DO LOCAL/COMUNIDADE) **1ª Edição (2013/14) – 9 áreas**: Jardim Nova Esperança (perto de uma barragem); Cond. Coração de Maria (ocupação urbana periférica com questões ambientais (habitação social carente de infraestrutura), Rio dos Macacos (área de resistência quilombola), Calabar e Alto das Pombas (ocupação urbana consolidada), Centro Histórico/AMACH (ocupação urbana no centro histórico) ; Gamboa de Baixo (ocupação urbana em património e litoral); Vila Dignidade-Ruy Barbosa/Ba (habitação social, política pública); Vila Mangueira - João Pessoa / PB (recente ocupação urbana). **2ª Edição (2015/16) – 8 áreas:** Quilombo Dom João (área de resistência quilombola); Mata Escura e Calabetão (ocupação urbana consolidada); Parque Theodoro Sampaio/ACOPAMEC (área ambiental de risco); UNMP-Cond. Das Mangueiras & Pernambués (habitação social autogestionada – MCMV Entidades); Fazenda Garcia (bairro informal consolidado). Nucleação na Paraíba: Porto do Capim - João Pessoa/PB (ocupação urbana no centro histórico). **3ª Edição (2017/18) – 11 áreas:** Ocupação Manoel Faustino (recente ocupação urbana-rural periférica); Fazenda Coutos (ocupação urbana consolidada); Ocupação MDMT (ocupação do edifício público); Gamboa de Baixo (ocupação urbana em patrimônio e área costeira); Fazenda Garcia (bairro informal consolidado); Quilombo Quingoma (área de resistência quilombola); Ocupação Guerreira Maria (recente ocupação urbano-rural periférica); Residencial Fazenda Grande 8B - MCMV (habitação social carente de infraestrutura de serviços); Parque Theodoro Sampaio/ACOPAMEC (área ambiental de risco). Nucleação em Brasília: Quilombo Mesquita - Brasília/ DF (quilombola área de resistência). Nucleação em Pelotas: Comunidade em Pelotas/RS; Comunidade Indígena–Pelotas/RS. Nucleação em Fortaleza: Comunidade em Fortaleza/CE (ocupação urbana recente).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos trabalhos das 3 edições da RAU+E/UFBA e Nucleações.

Destaca-se a amplitude de temas trabalhados a partir das necessidades levantadas e pactuadas com as populações, sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Síntese das temáticas trabalhadas na Residência AU+E/UFBA.

TEMÁTICA (PALAVRAS-CHAVE DE PROJETOS/PRODUTOS)
Paisagem Urbana e comunidade; Autogestão e sustentabilidade; Centro Comunitário e Urbanização; Integração cidade-comunidade-ambiente; Escola como *locus* do direito à cidade; Guia para implantação de assistência técnica; Centro de educação ambiental; Gestão do sistema de resíduos urbanos; Gestão compartilhada para uma implementação de Parque Urbano; Caracterização ambiental e análise de paisagem; Centro Multidisciplinar de serviços, lazer e cultura; Realocação de famílias em áreas de risco; Habitação de Interesse Social; Projeto de urbanização; Instrumentos de preservação; Mobilidade e Acessibilidade; Contrato de uso e ocupação; Alternativas para saneamento e contenção de urbanização; Requalificação do Centro Comunitário; Inserção urbana; Qualificação Urbana; Diretrizes Territoriais; Trabalho social de pós-ocupação; Diretrizes para ZEIS; Projeto piloto de drenagem; Comércio e espaço coletivo.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos trabalhos das 3 edições da RAU+E/UFBA e Nucleações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as principais questões relacionadas à assistência técnica social na atualidade, nos seus diversos campos atuação, algumas são mais evidenciadas nas áreas de favelas, tendo como referência os avanços até então obtidos na implantação da Residência AU+E/UFBA, a saber:

- A grande escala, complexidade e pluralidade de projetos para produção e melhorias do habitar e da habitação social na realidade brasileira atual não pode prescindir da inserção de assistência técnica social nas diversas modalidades, sejam para as melhorias e construção de novas unidades sejam para as áreas de convívio coletivo, ambiente e relações socioespaciais.
- A importância da Lei Federal de Assistência Técnica no.11.888/2008, que define diferentes formas de atuação no campo da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, pressupondo diferentes formas de atuação, como escritórios públicos nas prefeituras, escritórios modelos nos cursos de graduação, assessoria técnica implementada por escritórios e ONGs; e residências universitárias em curso de pós-graduação.
- Essa lei entretanto, ainda que aprovada, não está regulamentada com as definições dos necessários fundos fixos constitucionais, que possam viabilizar os investimentos contínuos necessários para financiamentos dessas modalidades de atuação, incluindo bolsas trabalho para os profissionais residentes e acessórias, a serem viabilizados com a aprovação do PEC da Moradia, pelo Congresso Federal
- Os desafios para formação de profissionais de Arquitetura e Urbanismo e áreas afins, nesse enfrentamento, não pode renunciar o entendimento da ampliação desse campo de atuação tão amplo e pouco aprofundado.
- Em relação ao papel da universidade pública, para além das atividades de ensino-pesquisa-extensão, é necessário avançar na formação e capacitação em serviço de interesse social, abrangendo as diversas áreas em projetos multidisciplinares de interesse social, por uma política de assistência técnica social. Nesse sentido, faz-se necessário considerar a atuação da extensão na graduação e na pós-graduação universitária em estágios e residências profissionais.

Neste trabalho, com base na experiência desenvolvida pela Residência AU+E/UFBA, evidenciou-se que os saberes populares dialogando com saberes técnicos propositivos subsidiam processos que resultam em ações com potencial de transformação socioespacial, ao se constituir como instrumento de mobilização de políticas públicas para cidades melhores e mais justas.

No que tange a aprendizagem e aperfeiçoamento das metodologias desenvolvidas por meio da Residência AU+E/UFBA, salienta-se a importância dos processos dialógicos para elaboração dos produtos, para além dos projetos, incluindo mediações e articulações que resultam no fortalecimento da cidadania na apropriação de saberes técnicos na conquista pelo direito à cidade, processo possível, como experimentado na experiência em tela, lento mas qualitativo e possível, apesar do horizonte de longo prazo por cidades melhores.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. [Estatuto da Cidade].

BRASIL, Governo Federal. **LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 200**8. [Assistência Técnica].

BONDUKI, N. **Habitação e Autogestão**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BONDUKI, N. e KOURY, A.P. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In: **Arquitextos – Revista Vitruvius**, 120. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432. Acesso em maio de 2011.

COSTA, M.de L.e AZEVEDO, M. (orgs). V**isões inovadoras em arquitetura e urbanismo – Depoimentos**. Niterói: UFF/PPGAU, 2012.

EMILIANO, E. de O. **O Direito à Moradia Digna na atual Política Nacional de Habitação:** atores, agentes e arenas. Avanços e Dilemas com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida. 249 f. il. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

EXPERIÊNCIAS em habitação de interesse social no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. 2007. Disponível em: Acesso em fevereiro de 2013. [organizadores, Eglaísa Micheline Pontes Cunha, Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Yara Medeiros]

FJP. **Fundação João Pinheiro divulga resultados do Déficit Habitacional no Brasil**. Abril 2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-

fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil> Acesso em: 28/05/2018.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª ed. (1ª ed., 1969). Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIANNELLA, V. **Base teórica e papel das metodologias não convencionais para formação em Gestão Social**. In: CANÇADO, A. et al. (Org.). Os desafios da formação em gestão social. Palmas, Tocantins: Nesol; UFT; Católica do Tocantins; UNITINS, 2008. p. 11-36, (Coleção ENAPEGS; v. 2).

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade** – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

GORDILHO-SOUZA, A.M. **Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvado**r In: CARVALHO, I.M; SILVA. S.B.M.;GORDILHO-SOUZA, A.M.; PEREIRA, G.C.(Orgs.) **Metrópoles na Atualidade Brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2014.

GORDILHO-SOUZA, A.M. **Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA**. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais**… São Paulo: USP, 2017.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** [Tradução Rubens Eduardo Frias]. São Paulo: Editora Moraes, 1991 [original,1968].

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. **Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** UFBA. 2013. Disponível em <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em março de 2018.

ROCHA, H.F.M. **O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes**: caminhos de coexistência socioecológica. 2017. 316 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, PPGAU, Salvador, 2017.

ROCHA, H. F. M.; MOURA, M. S. **Metodologias Integrativas em Projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas**. In: Revista RIGS, Salvador, v. 5, n. 1, p.153-166, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12464/11795> Acesso em: 06/11/2016.

SANTOS, B. de S. **A Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2011.

VALLADARES, L. do P. **Passa-se uma casa - análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2a. edição, 1982 [original, 1978].